

Economia será definida com a pressão popular

VERA RAMOS
Da Editoria de Política

Qual será o novo modelo econômico do País? A Reforma Agrária vai sair mesmo do papel? O Governo deve continuar concedendo incentivos para empresas de grande porte? Firmas estrangeiras podem explorar recursos minerais em terras brasileiras? Essas e outras questões polêmicas deverão ser respondidas pela Comissão da Ordem Econômica, responsável pela elaboração de um novo ordenamento de toda a economia que será levado à votação na Assembleia Nacional Constituinte.

Porém, enquanto o PMDB tenta reunificar o partido a fim de dar o início aos trabalhos dos constituintes, vários parlamentares membros da Comissão da Ordem Econômica, uma das mais cobiçadas pelos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, já estão colocando a boca no trombone. Para eles, o atual modelo da economia brasileira não avançará muito se não houver uma forte pressão popular que consiga restringir, e até boicotar, a ação dos políticos mais conservadores que detêm a maioria na Constituinte.

A preocupação dos membros da Comissão da Ordem Econômica tem a sua razão de ser. Ao ser instalada na última quarta-feira, os políticos de centro-direita e direita demonstraram nitido empenho de impor um ritmo próprio aos trabalhos da Comissão, através da rejeição do acordo feito pelas lideranças do PMDB e da Frente Liberal para a escolha do presidente, relator e dos dois vice-presidentes. Ao final da votação prevaleceu o acordo PMDB e PFL. Para a presidência, o deputado José Lins (PFL-CE) e o senador Severo Gomes (PMDB-SP) para a relatoria. Ficou constatado, porém, que a maioria dos membros dessa Comissão abomina essas indicações, em particular, a de Severo Gomes.

As divergências de opiniões dentro da Comissão são inúmeras. Os partidos considerados de esquerda (PT, PC do B, PCB e PDT), por exemplo, irão defender

uma maior participação do Estado na economia, como fórmula de neutralizar a exploração do trabalho pelo capital. O PT quer a estatização de todo o sistema bancário e a retirada das empresas multinacionais do setor de produção de medicamentos que, para o PT, representa uma ameaça ao País. O PC do B, segundo o deputado Aldo Arantes (GO), vai reivindicar a proibição de contratos de risco para exploração de petróleo por empresas estrangeiras. O partido vai lutar pela aprovação de um dispositivo que proíba a obtenção de empréstimos no estrangeiro sem a aprovação do Congresso Nacional. No entender de Arantes, essa questão deve ser discutida por toda a Nação.

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) que irá presidir a subcomissão de Princípios Gerais, Atividade Econômica e Regime de propriedade do subsolo, uma das mais importantes das três que compõem a Comissão da Ordem Econômica, rebateu as teses dos comunistas. Segundo ele, "não há nada mais reacionário neste País que a esquerda brasileira". O deputado paulista, que durante sua permanência nos governos Geisel e Figueiredo ampliou o poder do Estado na economia, defendeu a privatização.

O único representante do Partido Liberal na Comissão da Ordem Econômica, o deputado paulista Afif Domingos, empresário, será um fiel defensor da retirada dos atuais entraves para a entrada de capital estrangeiro no País. Em sua opinião, existe hoje no Brasil um sentimento de nacionalismo incompetente que beneficia, tão somente, os grupos empresariais ligados às autoridades que estão no poder.

Segundo a tese de Afif Domingos, que pretende lutar pelas "diretas já" para Presidente da República no próximo ano, o Brasil tem que se libertar das três vertentes de poder instituídas hoje e que levaram o País a bancarrota.

REFORMA AGRÁRIA

Dentre os demais temas polêmicos, a Reforma Agrária, política, fundiária e agrícola despontam como

um dos assuntos que mais debates provocarão entre os constituintes. Um dos nomes mais cotados para presidir a subcomissão da Reforma Agrária é o do senador Edson Lobão (PFL-MA), muito ligado ao presidente José Sarney. Para contrabalançar, o PMDB está negociando a indicação de deputado Oswaldo Lima Filho (PE), considerado da ala progressista do partido.

O presidente da Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, em entrevista ao **CORREIO BRAZILIENSE**, declarou que tanto a Contag quanto as demais entidades ligadas à questão agrária farão uma forte pressão para que os constituintes aprovelem mecanismos que possibilitem, de fato, a execução da Reforma Agrária no País.

O PT já tem uma proposta de Reforma Agrária, que será apresentada para debate na Comissão da Ordem Econômica. Entre outras reivindicações, o PT defende a fixação de um limite máximo (em torno de 1.500 hectares) para as propriedades rurais. O PC do B que também comunga de idéias semelhantes em relação à política fundiária, acredita que a Nova Constituição deverá aprovar mecanismos que impeçam a reconcentração de latifúndios em mãos de grandes empresas rurais. Eles querem a proibição, por um período de 50 anos, da venda das terras destinadas aos pequenos produtores rurais. Segundo Aldo Arantes, as desapropriações de terra devem ser efetivadas, tendo como base seu valor fiscal e não o valor venal como é feito atualmente.

O ex-ministro da Agricultura do Governo Geisel, Alysson Paulinelli (PFL-MG) também membro da subcomissão da Reforma Agrária, afirmou ser totalmente contrário à política de Reforma Agrária aprovada pelo Governo Sarney. "O que está aí não é reforma agrária, mas um tumulto agrário", denunciou o deputado. No entender de Paulinelli, não se pode pretender fazer reforma agrária sem os recursos financeiros disponíveis para efetivar desapropriações.